

PLASTICIDADES RECRIADAS: CONHECIMENTO SENSÍVEL, VALOR E INDETERMINAÇÃO NA ATIVIDADE DOS CATADORES DE RECICLÁVEIS *

Este artigo discute a economia da reciclagem no município de Duque de Caxias, na região metropolitana do Rio de Janeiro. O foco da análise repousa sobre o trabalho dos catadores de materiais recicláveis e tem o objetivo de empreender uma reflexão etnográfica sobre um dos circuitos comerciais do bairro de Jardim Gramacho, que durante a pesquisa era parte da pulsante economia em torno dos objetos descartados com potencial para reciclagem existente na região. Desse circuito comercial, analiso um trecho ou segmento, correspondente àquele entre o aterro de resíduos da localidade, na época ainda em operação, e a associação de catadores fundada em seus arredores, que abrigava em seu terreno uma cooperativa. Apesar de relativamente pequeno, a exploração etnográfica desse segmento se mostrou relevante por tornar visível a mediação central que a atividade dos catadores operava entre o sistema de gestão de resíduos e a indústria da reciclagem no contexto estudado.

O material etnográfico em que se baseia esta análise corresponde ao trabalho de campo realizado durante 14 meses como parte da pesquisa de doutorado. Entre abril de 2011 e junho de 2012, acompanhei os catadores em suas atividades cotidianas na associação, onde permaneci a maior parte do tempo, mas também frequentei outros espaços relativos ao universo da catação, como o aterro de resíduos e outras instituições locais. O campo foi marcado por um momento histórico ímpar, correspondente a um processo de transição impulsionado por um novo marco regulatório, que tinha como uma de suas maiores

consequências práticas para os catadores o fechamento do aterro de resíduos da localidade. Esse evento, ocorrido junto com o encerramento do campo, corresponderia à transformação dos arranjos comerciais e laborais vigentes há mais de três décadas nesse contexto.

Locais como aterros de resíduos partilham do mesmo estigma e do imaginário negativo construído historicamente em torno dos restos.¹ A impressão frequentemente causada pela ideia do contato com esses objetos ou com os territórios caracterizados por sua presença, como os lixões ou aterros, é de “choque, nojo e horror” (Millar, 2012: 165).² No entanto, as noções de um lugar à margem das leis e da sociedade, expressão de um “caos”, e marcado pela privação e pela carência, se mostram distantes daquilo que o aterro significava em termos simbólicos e práticos para os catadores de Jardim Gramacho. A aproximação desse universo começará assim pela história desse empreendimento e pela narrativa biográfica de Leila,³ personagem principal deste artigo. A história da inserção de Leila na “rampa” corresponde à sua transformação em catadora e servirá como fio condutor para a compreensão da etapa inicial do circuito comercial, com a apresentação das práticas e dinâmicas de trabalho nesse espaço, e dos sentidos que essas práticas e dinâmicas assumem para os catadores.

Em seu pano de fundo, o artigo tem como base uma “arena de debate” (Ingold, 2012: 436) heterogênea, composta de enquadramentos teóricos e abordagens metodológicas que propõem, de formas diversas, concentrar a atenção nos objetos, na sua materialidade e “coisitude”, e nas práticas em que eles são agenciados (Bennet, 2010; Hawkins, 2010; Henare, Holbraad & Wastell, 2007; Gell, 1991). Sem perder de vista, ao mesmo tempo, as formas de os designar no plano simbólico, a análise aqui empreendida reflete sobre a “vida social” (Appadurai, 2008) das coisas descartadas e descreve as trajetórias dos “resíduos” até sua transformação em “materiais recicláveis”. Dessa forma, é possível compreender a atividade dos catadores como processos de recriação de valor dessas matérias, descortinando ao mesmo tempo as técnicas e os saberes específicos requeridos para essa transformação.

Ao enfocar uma das etapas de trabalho ao longo do circuito comercial, a de “bater o material”, um sistema classificatório apurado das matérias plásticas é revelado, indicando a existência de um conhecimento sensível (Lévi-Strauss, 1970) dos catadores sobre “plasticidades”, advindo de um saber prático. Esse saber, que apreende e explora as qualidades dessas materialidades de modo específico, nos apresenta uma perspectiva nativa a respeito das matérias plásticas.

Desdobrando essa discussão, o artigo se dedica à descrição de trajetórias que não se completaram no circuito comercial em questão, constituindo casos de “desvios”. A análise de trajetórias desviadas dos objetos descartados ilumina a indeterminação dos resíduos, característica das matérias em fluxo, em que o valor ainda não foi estabilizado em bases objetivas em termos de definições e

significados estáveis. Valor é aqui entendido como produto de processos complexos, simultaneamente monetários, simbólicos, sociais e materiais. Como enfatizam Hawkins e Muecke (2003) ao propor a noção de “economias culturais dos resíduos” (*cultural economies of waste*), valor não é nem uma província da economia, nem da cultura, mas algo constantemente transacionado entre os dois, em múltiplos espaços e regimes.

O artigo, ao empreender uma reflexão etnográfica sobre o universo dos catadores e a economia dos recicláveis de Jardim Gramacho, alia uma antropologia das práticas econômicas a uma antropologia do trabalho para a compreensão da complexidade dos contextos caracterizados pelos resíduos e pelos materiais descartados. Os catadores, por meio de suas atividades laborais, operam a mediação econômica e a recriação do valor desses objetos. Essas práticas apontam, ao mesmo tempo, para a existência e a articulação de novas formas de fazer política com base nas plasticidades e outros tipos de materialidades.

ADENTRANDO JARDIM GRAMACHO: UMA HISTÓRIA DE VIDA NA “RAMPA”

Duque de Caxias é uma das cidades que compõem a região metropolitana e faz divisa com o município do Rio de Janeiro. A industrialização dessa região se originou a partir da Segunda Guerra Mundial, com a instalação da Fábrica Nacional de Motores, da Refinaria de Petróleo (Reduc) e a construção de rodovias (Ramalho & Fortes, 2012). Esse processo se aprofunda ao longo da segunda metade do século, com a “complexificação” dos processos produtivos ligados à refinaria, sobretudo o começo do processamento de gás natural nos anos 1980. E, a partir dos anos 2000, a área passa a abrigar um complexo industrial caracterizado pela formação do Polo de Desenvolvimento Gás-Químico, que tem na Reduc seu núcleo aglutinador. O polo atraiu uma cadeia industrial que utiliza o gás natural como insumo da produção de polietileno, matéria-prima para a produção de diversos tipos de plásticos, o que incentiva a instalação de empresas de grande porte do segmento de polímeros na região (Barbosa, 2012).

Jardim Gramacho é um bairro do município de Duque de Caxias, situado entre a rodovia Washington Luiz, ou BR-040, e a baía de Guanabara. O bairro ganhou notoriedade pelo fato de abrigar, durante mais de três décadas, um dos maiores aterros de resíduos da América Latina, concebido e implementado como solução definitiva para a questão da limpeza urbana e da gestão de resíduos durante o período da ditadura militar no país, quando a localidade foi definida pelos militares como “área de segurança nacional”. O projeto grandioso para criação de um aterro sanitário metropolitano no bairro começa a ser executado em 1977, mas logo se descaracteriza com a crise que se seguiu ao “milagre econômico” (Nascimento, 2002). Como resultado, o empreendimento entra em operação já fora das normas e dos parâmetros previstos pelo projeto inicial, tornando-se, como se popularizou posteriormente, um “lixão”.

O local funcionou nessa condição de “lixão” ao longo de mais de duas décadas, o que atraiu um grande contingente de pessoas interessadas em coletar os materiais ali descartados e que começaram a ocupar a área do entorno do aterro com a construção de casebres para moradia, formando assim a população de catadores do bairro. Leila foi uma dessas pessoas atraídas para a localidade. Sua história é ilustrativa de diversos aspectos do universo da catação em Jardim Gramacho, que envolvem as formas como alguém se transforma em “catador”, as relações e procedimentos implicados no trabalho no aterro, assim como os sentidos e usos nativos acerca desse espaço, que não correspondem às representações negativas (re)produzidas de modo geral pelos atores externos a esse mundo, incluindo a mídia, os técnicos, gestores e especialistas, os discursos do senso comum. Se esse segmento “de fora” define os “lixões” e “aterros” como espaços de “exclusão social e miséria por excelência”, sendo o trabalho ali desempenhado “nada além de uma estratégia de sobrevivência” (Millar, 2012: 165), a perspectiva dos catadores mostra que a inserção no universo da catação estava relacionada menos com uma suposta necessidade irredutível do que com a abertura e exploração de “oportunidades”.⁴

A história de Leila com a “rampa”⁵ tem início ainda na sua infância. Ela morava em São João de Meriti com a mãe mais cinco irmãos menores, e desde os nove anos trabalhava na feira. Certo dia, conheceu uma colega que disse “eu sei um lugar onde tem muita coisa boa”. Leila então pediu para que a colega a levasse até lá. Do primeiro dia no local, ela contou “entrei na ‘rampa’ e achei dez latas de pêssego. Aí foi o que eu levei pra casa, foi pêssego! Eu nunca tinha comido pêssego, era muito caro nessa época”. Leila começou a visitar a “rampa” a fim de levar para casa o que considerava “coisas boas para comer”. Na vez seguinte, em que achou óleo, arroz, carne, pensou “ih, esse lugar é bom!”. Foi então que conheceu um homem que fez a ela e suas cinco amigas a seguinte proposta: “por que vocês não trabalham aqui? Se vocês trabalharem aqui vão ganhar muito dinheiro”. Foi assim que elas passaram a frequentar o local não apenas para obter bons víveres para casa, mas também para catar materiais comercializáveis a trabalho.

Nas narrativas dos catadores sobre o passado na “rampa”, os relatos de incêndios, perdas de material, acidentes e péssimas condições de trabalho são frequentes. Essa época correspondia às décadas em que o empreendimento operou irregularmente, como um “lixão”. A situação muda em meados da década de 1990, quando, impulsionado pelo evento internacional de caráter ambiental sediado na capital conhecido como Eco-92, o local passa por um processo de remediação, com a recuperação da área e regularização das atividades. Em 1996, o Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho (AMJG) entra em operação com critérios compatíveis com os de um aterro controlado,⁶ e a empresa privada Queiroz Galvão S.A. assume a gestão do empreendimento por meio de licitação pública.⁷

Embora ainda existissem acidentes, a partir de então as condições de trabalho dos catadores no aterro melhoraram, o que se refletia no comentário de Leila: “hoje o gás é entubado, tudo direitinho. Hoje o aterro tá nota dez, porque hoje o aterro é um aterro”. Ao longo desses 20 anos, ela se mudou para Jardim Gramacho, teve três filhos, deixou de pagar aluguel e conseguiu comprar um terreno para construir seu barraco. Naquele mundo, Leila havia passado sua vida como catadora, conseguindo seu sustento da atividade de coletar materiais.

O caso de Leila ilumina algumas características mais gerais, que aparecem com recorrência nos relatos de outros catadores e catadoras com quem conversei. A transformação em catador(a) não se dava por uma decisão *a priori* e definitiva, mas passava pela prática de frequentar a “rampa”. Essa frequência tinha sua origem em um convite para uma visita inicial ou na informação fornecida em interação pessoal por alguém próximo que já conhecia o local. De modo geral, um parente que já atuava como catador ficava responsável pela iniciação do novato até sua adaptação e familiarização com a atividade (Millar, 2008: 28-29). Esse aprendizado se traduzia em ganhar a habilidade de saber o que catar, por meio de quais técnicas, como se proteger no terreno, onde posicionar o material, como resguardá-lo, ao que ficar atento, entre outros aspectos, condições essas às quais nem todos conseguiam se adaptar.⁸

Esses vínculos pessoais, como as relações de parentesco e amizade, eram elementos centrais não apenas para dar acesso, mas para dotar de sentidos específicos as práticas do trabalho e o espaço do aterro.⁹ A “rampa” era percebida e vivenciada como um local em que se produziam e atualizavam vínculos significativos por meio de uma ampla rede de relações interpessoais viabilizadas pela catação. Como apontou Millar (2008: 29) a respeito do universo dos catadores no aterro, seu trabalho “vai muito além da geração de renda, para incluir o trabalho social de cultivar relacionamentos”. O aterro era assim um espaço que não se restringia à catação, compreendendo atividades lúdicas e de lazer, como conversas, fofocas, piadas, refeições, jogos, repousos (Millar, 2007: 29). E, apesar do trabalho cansativo e em condições adversas e insalubres, era um universo que abria um leque de oportunidades, como levar “coisa boa” para a casa ou “fazer muito dinheiro”.

A renda que se podia obter era variável e dependia, além das condições físicas e das habilidades do indivíduo, da qualidade da composição dos materiais que chegavam, do regime de trabalho adotado pelo catador, em termos de preferência de quais materiais coletar, quantas horas diárias dedicar à coleta, e ainda dos circuitos comerciais nos quais se inseria e da configuração específica assumida em cada um deles.

A figura do catador não se constitui em categoria homogênea, e, de modo geral, é possível identificar duas orientações distintas que ela ocupa em relação ao espaço urbano. A “centrífuga”, em que os catadores se deslocam para a origem dos resíduos, como residências e estabelecimentos comerciais que descar-

tam os materiais, e a “centrípeta”, em que a direção seguida é o destino final, como os vazadouros, para onde os materiais recolhidos são levados, sejam eles classificados como “lixões”, aterros controlados ou aterros sanitários.

Essa classificação corresponde à configuração e aos arranjos da catação no âmbito da informalidade e, portanto, não abrange a atividade exercida em organizações geridas coletivamente, como cooperativas e associações, cujas primeiras iniciativas no Brasil remetem à década de 1980 (Gabard, 2011: 22), ganhando relevo com a virada do milênio. Em 2010, a partir do marco regulatório da Política Nacional de Resíduos Sólidos, o deslocamento da atividade dos catadores das ruas e vazadouros para o espaço das cooperativas e associações ganha um sentido institucional, relativo ao início de um processo de formalização do trabalho da categoria. Por meio dessa forma organizacional, o catador adquire o direito de participar do sistema de gestão de resíduos municipal como ator coletivo e sujeito jurídico, podendo realizar a prestação dos serviços de coleta e destinação final.

O universo dos catadores de Jardim Gramacho representava um desafio a essas definições e suas fronteiras estanques. A investigação do funcionamento da economia dos recicláveis, na prática, evidenciava uma pluralidade de arranjos comerciais e formas de organização do trabalho com as quais esses modelos poderiam coexistir. Se o quadro legal apontava os modelos centrípeta e centrífugo de trabalho informal do catador em oposição ao trabalho formalizado nas cooperativas e associações, no contexto observado na época da pesquisa, esses arranjos poderiam compor um mesmo circuito comercial. Para fins analíticos, denominei o segmento da economia dos recicláveis investigado neste trabalho circuito comercial de aterro-associação, e a narrativa a seguir se dedicará a sua descrição e compreensão etnográfica.

A ECONOMIA DOS REICLÁVEIS E O CIRCUITO COMERCIAL ATERRO-ASSOCIAÇÃO

Em abril de 2011, quando cheguei ao bairro para iniciar minha pesquisa etnográfica, o aterro de Jardim Gramacho era responsável por movimentar uma vigorosa economia em torno da comercialização dos objetos descartados, conformando um “centro econômico ativo” (Bastos, 2005: 2) na localidade. O aterro era uma peça estratégica tanto da gestão de resíduos quanto da indústria da reciclagem na região metropolitana do Rio de Janeiro. Nessa época, o local recebia aproximadamente 9.000 toneladas de resíduos por dia, sendo 80% proveniente da cidade do Rio de Janeiro, e nele trabalhavam cerca de 1.300 catadores diariamente.

O empreendimento funcionava em tempo integral, com os resíduos lá chegando e sendo despejados em fluxo ininterrupto. Para acompanhar esse ritmo intenso, a atividade dos catadores se dividia em diferentes turnos, cujas jornadas de trabalho poderiam compreender os períodos da manhã, da tarde

ou da noite, incluindo a madrugada. Na prática, a existência desses turnos significava para os catadores a possibilidade de adoção de uma jornada de trabalho flexível, e diversos deles expressaram em nossas conversas suas preferências pelo trabalho noturno.

Coletando os materiais recicláveis, os catadores eram mediadores centrais, constituindo o ponto de articulação entre o sistema de gestão de resíduos e a economia da reciclagem na região. De forma bem geral e esquemática, podemos dizer que a chegada dos resíduos no aterro, quando eram despejados, ficando disponíveis aos catadores, representava o início da trajetória ao final da qual esses objetos teriam consolidado seu “status de mercadoria” (Kopytoff, 2008). Essas materialidades atravessavam várias etapas, podendo percorrer diversos circuitos e uma múltipla gama de transações econômicas, dependendo do tipo de fluxo que seguiam e do tipo de relação estabelecida entre pessoas, coisas e técnicas.

Tendo o aterro como ponto de origem, os objetos poderiam seguir trajetórias diversas. Com seu funcionamento, o aterro alimentava inúmeros estabelecimentos atrelados a essa dinâmica comercial, como bares, barracas, depósitos de reciclagem de diversos tamanhos e níveis de organização, localizados ao longo das avenidas e ruas que formavam o caminho até a destinação final dos resíduos. As organizações de catadores do bairro também faziam parte desse conjunto de instituições impulsionadas pela operação do aterro. Veículos variados, como caminhões de grande, médio e pequeno porte, carretas e compactadores, com carregamentos de objetos diversos, atravessavam o aterro, entrando e deixando o local. Esses fluxos de saída compunham diversas ramificações que correspondiam à existência de múltiplos circuitos comerciais centrados nos objetos descartados.

Para a compreensão desses circuitos, é fundamental levar em conta as formas de organização do trabalho e as condições particulares de cada estabelecimento em seu arranjo específico. Ao analisar três cenários relativos à economia dos recicláveis no Rio de Janeiro metropolitano – aterro, depósito e cooperativa – Millar (2007) apontou a diferença no ambiente de trabalho e no processo laboral em cada um desses estabelecimentos e sua correspondência com três categorias distintas de catadores. Essas correspondiam a três formas de organização do trabalho, o que trazia implicações não apenas em termos de renda, mas no grau de autonomia que possuíam em sua situação laboral. A autora aponta a centralidade do enfoque etnográfico do trabalho e de seus arranjos institucionais para a compreensão da diversidade de circuitos que caracterizam as economias da reciclagem. Outras pesquisas adotaram o enfoque dos circuitos comerciais para pensar os universos em torno da circulação de objetos descartados e da reciclagem, como Neiburg e Nicaise (2010), Suárez et al. (2011) e outros, sinalizando a importância do fluxo dos objetos e sua inserção em cadeias ou regimes de valor.

Neste artigo, o foco está nas trajetórias que compreendiam então os processos sociais, simbólicos e materiais dos objetos descartáveis em sua passagem de “resíduo” a “mercadoria”. Essa transformação, que equivale à produção do “material reciclável” pelo trabalho dos catadores, se torna inteligível com o acompanhamento das coisas ao longo dos circuitos que elas atravessam em suas trajetórias, o que ultrapassa as fronteiras institucionais de estabelecimentos específicos.

Pela perspectiva dos objetos, havia uma gama de possibilidades de circuitos comerciais a percorrer a partir de seu descarte no aterro, que dependiam, reiteramos, do arranjo no qual o catador, mediador central desse ponto da rede, estivesse inserido. Havia, por parte do catador, relativa liberdade de escolha a respeito do tipo de circuito do qual participar, e um segmento expressivo dos catadores do aterro não se filiava a nenhuma cooperativa, nem à associação, nem a um depósito específico, mantendo a autonomia de escolha a respeito do depósito com o qual transacionar seus materiais. No caso dos catadores filiados à associação, era a organização, enquanto ator coletivo e sujeito jurídico, que passava a realizar as operações comerciais com os intermediários.

Embora não houvesse a obrigação de comercializar os materiais coletados no aterro via associação e existisse a possibilidade de migração e circulação dos catadores entre os estabelecimentos em vista de insatisfações nas relações pessoais ou em procedimentos ligados ao trabalho, os catadores com quem convivi e conversei tinham optado por se associar, tornando-se membros ativos dessa organização.

A associação, fundada em 2004, era uma entidade representativa da categoria, e contava em seu quadro com cerca de 1.400 associados entre catadores individuais e reunidos em coletivos,¹⁰ porém apenas 150 indivíduos desse total poderiam ser considerados membros “ativos”, o que implicava a participação nas atividades relacionadas à economia dos recicláveis, mas também naquelas relacionadas à gestão do empreendimento, incluindo reuniões com fins políticos e eventos comunitários ou externos de caráter social e cultural. Os associados ativos escolhiam os cargos dos conselhos diretor e administrativo por eleição direta. No terreno da associação também funcionava uma cooperativa. Desse modo, ao mencionar a associação faço também referência às atividades econômicas compreendidas pela cooperativa ali existente.

Na época da pesquisa, a estrutura material da associação de catadores contava com terreno onde havia um prédio administrativo no qual funcionavam um escritório, um centro de referência e um galpão de triagem coberto com telha galvanizada e aberto nas laterais; ali se faziam a triagem e o armazenamento dos materiais, havendo, para tanto, duas prensas, uma balança, algumas bancadas de metal e de madeira para auxiliar a manipulação dos objetos; havia ainda três caminhões, sendo dois deles comprados de “segunda mão” e o terceiro, específico para a realização de coleta seletiva, adquirido mediante a participação da instituição em projetos, convênios e parcerias diversas.

Essa estrutura material e o regime de trabalho a ela articulado tornavam vantajosa a opção por esse circuito comercial, o que poderia se dar em relação à forma de organização do trabalho ou à possibilidade de obtenção de preço melhor com maior valorização dos materiais. O catador Jean, filiado à associação havia dois anos, considerava valer mais a pena comercializar os materiais via associação do que via depósitos. Conforme me relatou, isso se devia ao fato de que, nos depósitos, os materiais eram vendidos misturados, enquanto, na associação, ele usufruía das condições estruturais e logísticas para a triagem do material, o que lhe agregava valor no momento da comercialização.

No segmento analisado do circuito comercial em questão, os catadores iniciavam, a cada semana, um ciclo de trabalho que começava com a coleta na “rampa” e terminava com a transação econômica dos materiais coletados pelos associados e a conversão dos valores obtidos pelos objetos em dinheiro. Desse modo, a dinâmica de operação do aterro compassava o ritmo das atividades na associação. De modo geral, as segundas, terças e quartas se caracterizavam pela etapa de coleta no aterro, por isso eram os dias em que o galpão da associação se encontrava mais vazio.

Os catadores “subiam a ‘rampa’” com o objetivo de selecionar, em meio às toneladas de resíduos despejados ali diariamente, os materiais com potencial comercial, que eram coletados. Catados, os objetos permaneciam no aterro aguardando o caminhão que os levaria até a associação, onde seriam descarregados. Outra mediação importante dessa rede, os caminhões, eram os responsáveis pelo transporte das “lonas”¹¹ e dos catadores a quem as lonas pertenciam, circulação fundamental para o funcionamento da economia dos recicláveis.

A quinta-feira era dia movimentado na associação, que abrigava uma etapa de trabalho específica, a de “bater o material”, quando o caminhão fazia o maior número de viagens entre o aterro e a associação, cerca de quatro ao longo do dia. Na sexta-feira, os catadores recebiam o montante de dinheiro correspondente à sua produção ao longo dos outros dias, fechando o ciclo semanal.¹²

PLASTICIDADES: O “BATER O MATERIAL” E A DISTINÇÃO APURADA DAS QUALIDADES

Uma das etapas centrais do processo de transformação dos resíduos em materiais recicláveis, a atividade de “bater o material” era realizada no espaço aberto do terreno da associação e consistia em uma triagem mais apurada do que a seleção inicial, feita ainda no aterro. Se esta última era regida pela lógica binária que distinguia apenas materiais “não recicláveis” e “potencialmente recicláveis”, a lógica que orientava a triagem da etapa de bater o material na associação comportava mais elementos, tornando-se mais diversificada e complexa. Foi acompanhando Leila que pude compreender melhor as práticas que compunham essa atividade, e os respectivos critérios, lógicas e conhecimentos que sua execução requeria.

Numa quinta-feira acompanhei Leila no desempenho da atividade de bater o material no terreno da associação: em primeiro lugar, ela deixava a sua frente uma lona, que, para fins analíticos, chamarei de lona principal. Esta continha os materiais recicláveis ainda misturados, tal como descarregados pelo caminhão. Ao redor de Leila encontravam-se oito lonas, que chamarei de periféricas. Da lona principal, que estava sendo batida, com enorme variedade de objetos – latas de refrigerante e cerveja, sandálias femininas, potes de sorvete, recipientes de produtos de limpeza, copinhos de guaraná natural, garrafas de dois litros de refrigerante, tampas de recipientes de conservar alimentos, sacolas de supermercado, garrafas de água mineral –, ela selecionava alguns e em seguida lançava-os nas lonas a seu redor.

As lonas periféricas continham apenas um tipo de material, e os objetos nelas lançados deveriam corresponder ao material específico de cada uma – naquela ocasião ela trabalhava com as seguintes categorizações: a primeira lona continha “mistão”; a segunda, “pet verde”; a terceira, “pet transparente”; a quarta, “PP branco” ou “alta branca”; a quinta, “garrafinha colorida”; a sexta, “garrafinha branca”; a sétima, “cristal”; e a oitava, “karina”. Embora não tivesse me dado conta na ocasião, todos esses materiais correspondiam ao que poderíamos designar de forma rudimentar como “plástico”. Acompanhando a catadora em sua atividade, observando e conversando com ela, pude compreender a existência de “plasticidades” múltiplas, e conhecer melhor a diversidade existente em meio àqueles objetos, que até então, pareciam familiares.

Diante daquela massa aparentemente caótica de objetos, ficavam evidentes as limitações dos instrumentos conceituais de que eu dispunha para avistar ali alguma ordenação. Porque me faltavam as categorias específicas que os catadores dominavam tão bem, minha visão igualmente tornava-se opaca e pouco apurada, como se eu apenas percebesse em preto e branco aquilo que os catadores conseguiam observar a partir de um enorme matiz de cores. Era preciso então deixar de lado a categoria genérica com a qual eu tentava enxergar, “plástico”, para compreender os critérios que orientavam as classificações nativas daquela gama de plasticidades em questão. Embora existisse uma classificação formal da indústria petroquímica, as categorias utilizadas pelos catadores, e as lógicas a elas correspondentes, faziam uma bricolagem entre categorias “científicas”, como “PP” ou “Alta” (de alta densidade) e categorias “sensíveis”, como, por exemplo, “garrafinha” e “cristal”.

Foquei o olhar em uma lona específica, repleta de objetos coloridos e diferentes uns dos outros. Quis saber “o que era aquele material”, e ela respondeu que aquilo era “mistão”, explicando que o “mistão” poderia ser de qualquer cor, assim como a “garrafinha”. Então pedi que ela me apontasse a lona de “garrafinha”. Quando olhei para a lona de “garrafinha colorida”, comentei que parecia “mistão”, e ela argumentou que a diferença do “mistão” era o fato de ser “só garrafas”; portanto, se os objetos da lona de “garrafinha colorida” não tivessem

o formato “garrafa”, seriam “mistão”. Na lona de “mistão” poderíamos encontrar objetos como um vasilho preto de plantas, uma lixeira plástica marrom, uma tampa de pote de sorvete, um globo terrestre furado, um pote rosa de produto para tirar manchas de roupas, um pote amarelo de sabão pastoso para lavar louças, copos de chá-mate, potes de margarina. Sua definição de “mistão” foi bastante esclarecedora: “é o que sobra, é o resto de tudo; o que sobra é o ‘mistão’”.

Já na lona da categoria “garrafinha colorida” havia recipientes de todas as cores, em formato de garrafas, e de tamanhos diversos, provenientes de produtos de limpeza variados, alguns com alça, outros em formato de garrafas tradicionais, mais cilíndricas, como a de um recipiente de achocolatado em pó. A “garrafinha branca”, correspondia aos mesmos critérios da “garrafinha colorida”, restringindo-se, no entanto, à cor branca. Leila achava que o tipo de material “mistão” era o que tinha o menor preço entre aqueles que ela estava manipulando. E estava correta, como verifiquei depois: em relação ao quilo da “pet”, que custava R\$ 0,90, o quilo do “mistão” valia menos da metade, R\$ 0,40.

De modo semelhante ao caso do “mistão” e da “garrafinha colorida”, eu encontrava grande dificuldade para distinguir os objetos que se apresentavam na lona de “cristal” e aqueles categorizados como “pp branco”, pois me pareciam similares. Diferentemente do caso do “mistão” e da “garrafinha colorida”, entendi que a diferença entre os dois materiais era mesmo a cor, pois enquanto o “pp” era branco, o “cristal” era translúcido. Na lona de “cristal”, poderíamos encontrar objetos como uma pasta escolar, garrafas de iogurte e um balde, desde que fossem transparentes, não havendo diferença entre a consistência dura ou mole. Por exemplo, a pasta era bastante flexível, ao contrário da capa de DVD e do balde, mais rígidos. Na lona de “pp branco”, poderíamos encontrar, entre outros itens, uma grade de proteção das hastes de um ventilador de chão, um balde, um pote de manteiga, um assento quebrado, tipo banquinho retangular, desde que correspondessem à cor branca.

Quanto à diferenciação monetária, Leila afirmou que “cristal” era mais caro do que “pet”. Posteriormente, conferi os preços e constatei que o quilo dos dois materiais apresentava igual valor, R\$ 0,90. Treze dias depois, no entanto, o preço do quilo da “pet”, R\$ 1,00, era superior ao do “cristal”, que permanecia R\$ 0,90. A respeito da mudança dos valores, segundo Leila, o preço baixar era ocorrência rara e acontecia normalmente em tempo de chuva, porque os materiais ficavam com muita lama. Ela se lembrou então de que estava com um material cheio de lama, o que “dava prejuízo”, porque ficava mais barato. Foi então que percebi que além de “tipo”, “cor” e “formato”, o estado do material também era um critério relevante quanto à qualidade de sua composição. Duas garrafas pet iguais, uma limpa e outra suja de lama, não alcançavam valores equivalentes, pois eram qualitativamente distintas em vista de seu estado.

Sobre essa questão, ela afirmava que “não tem como o material ficar limpinho, porque lá em cima [no aterro] chove e é barro vermelho”. As condições

climáticas não impediam o trabalho dos catadores, que subiam para catar na “rampa” sob sol ou chuva. Em seguida Leila encontrou uma garrafa pet amassada, com o formato totalmente achatado em vez de cilíndrico, e completamente coberta de lama. E comentou: “olha aqui, essa pet aqui é verde. Eu vou botar na lona, que já é um pesinho”, arremessando na respectiva lona após exibi-la para mim. Concluí que a compensação pelo peso da lama era relativa, porque o que dava peso afetava ao mesmo tempo o estado da matéria e a desvalorizava.

De uma lista de 13 ou 14 itens comercializados pela associação, nove ou dez materiais correspondiam ao domínio das plasticidades. “O lixo foi-se resumindo a plástico”, como, em entrevista informal, afirmou Alemão, depositista da região e principal comprador desses tipos de material da associação, ao se referir à composição dos resíduos na atualidade.



I

I A atividade de bater o material
Fonte: Esta e todas as demais fotos
foram feitas pela autora



2



3

2 Exemplo de lona de mistão

3 Garrafinha colorida



4



5

4 Exemplo de garrafinha branca
5 Lona com PP ou Alta branca



6

Atualmente existem mais de 10.000 tipos de polímeros em uso, e o consumo mundial de plásticos passou de quantidades dificilmente mensuráveis, na década de 1940, para 260 milhões de toneladas por ano hoje (Thompson et al., 2009 apud Gabrys; Hawkins; Michael, 2013: 4). Se, por um lado, a composição dos resíduos passou a ser caracterizada majoritariamente pelo plástico, por outro, não se trata de uma “redução”, como fica evidente ao observarmos a plasticidade própria da matéria plástica, que produziu e deu lugar a uma enorme diversidade de materiais e, no caso dos catadores, a um conjunto de categorias correspondentes que visava à classificação apurada dessa diversidade. Essas categorias específicas conseguiam abarcar de maneira mais próxima as inúmeras distinções existentes dentro do genérico conceito de “plástico”, que nos habituamos a utilizar indistintamente para um imenso conjunto heterogêneo de objetos.

A consideração das categorias nativas como meio de acesso à alteridade, às cosmovisões dos nativos e seus respectivos universos sempre esteve no cerne da tradição antropológica moderna. Nela, as formas de classificação se mostram mediações centrais que estruturam a cognição, as possibilidades de conhecer o mundo e as formas de nele se engajar, agir e viver, merecendo atenção analítica e metodológica. Franz Boas, em seu texto “sobre sons alternantes”, versava sobre o exemplo da cor verde. Nas inúmeras línguas nas quais não havia um termo para designar essa cor, os indivíduos que com ela se deparavam identificariam o amarelo e o azul, sendo que o limite entre os dois era duvidoso. O verde era percebido por meio do amarelo e do azul em vista da semelhança que essas cores mantinham com o verde. A classificação seria então realizada de acordo com as sensações conhecidas. “A dificuldade ou a incapacidade de distinguir duas sensações [...] corresponde a uma situação de máxima semelhança, o que depende da semelhança dos estímulos físicos e do grau de atenção” (Boas, 2004: 101). Imersos em um ambiente de gelo e neve, expostos permanentemente a esses estímulos, os esquimós possuíam uma enorme gama de categorias para designar o “branco”.

Do mesmo modo, a proximidade com uma imensa massa de objetos plásticos levava os catadores a perceber as diferenças entre essas matérias. Os imperativos do trabalho cotidiano de coleta os expunham ao contato com as materialidades heterogêneas descartadas no aterro, estimulavam física e cognitivamente suas faculdades táteis, de visão e de classificação, levando-os a desenvolver uma habilidade especial para identificar as qualidades dessas matérias, reconhecendo semelhanças a partir do conhecimento sensível e apurado de suas diferenças. Essa incorporação sensível da prática com os recicláveis como um saber técnico que constitui uma “taxonomia nativa dos materiais” foi analisada por outros antropólogos, como Carengo, Acevedo y Bárbaro (2013) e Carengo (2014), que apontaram para a diversidade dos tipos de plástico e de suas classificações por parte dos catadores.

O conhecimento concreto dos catadores converge com estudos recentes nas ciências sociais que exploram analiticamente os objetos. Tais abordagens, acadêmicas e nativas, propiciam um engajamento com os objetos e materiais plásticos “não apenas deixando-os ‘visíveis’ e tirando-os de sua névoa de familiaridade ou de sua passividade de segundo plano, mas tornando-os então interessante e produtivamente não familiares” (Gabrys; Hawkins; Michael, 2013: 3). Os plásticos tornam ainda mais complexa essa questão ao proporcionar a desfamiliarização simultânea de um mundo de objetos e das propriedades materiais que constituem esses objetos.

Desde sua invenção até o presente, os plásticos “são frequentemente usados para imitar ou substituir um ou mais materiais ‘nobres’” (Fisher, 2012:95). Suas propriedades enquanto matéria-prima, tais como rigidez e maleabilidade, resistência e flexibilidade, fazem-nos exercerem o papel de “coringa” dos materiais. Se no início tal mutabilidade era vista negativamente, sob o signo da inautenticidade, sinônimo de inferioridade e de materiais baratos, no pós-guerra essas propriedades se tornaram marcadores com valor positivo, inaugurando a “era do plástico” (Bensaude-Vincent, 2013). Por sua natureza sintética e seu caráter substitutivo, associado à praticidade, à conveniência e à funcionalidade da vida moderna, apesar de sua resistência e durabilidade, o plástico, tendo inaugurado o gênero dos materiais “artificiais”, tornou-se um ícone do descartável, com enorme influência na cultura norte-americana (Meikle, 1995; Clarke, 1999). Dentro desse quadro, o pet exerce um papel singular em modos de descartabilidade, assumindo a forma de garrafas não reutilizáveis. Esse atributo do uso único é calculável e continuamente requalificado em diferentes arranjos econômicos, fazendo emergir “múltiplas economias da descartabilidade” (Hawkins, 2013: 51).

Embora os plásticos no geral tenham adquirido uma reputação negativa, tornando-se signo da destruição ambiental, em especial as sacolas (Hawkins, 2010) e as garrafas pet (Hawkins, 2013), do ponto de vista teórico e etnográfico não é interessante pensar esses objetos como coisas ruins a eliminar ou evitar. Pelo contrário, os plásticos devem ter sua dimensão econômica reconhecida como lócus de valor, tanto como um dispositivo de mercado específico quanto como uma indústria global.¹³

TRAJETÓRIAS BEM-SUCEDIDAS E DESVIADAS: MONETARIZAÇÃO E INDETERMINAÇÃO

Após bater o material, as etapas seguintes atravessadas pelas plasticidades eram então a pesagem e o pagamento. Para a pesagem, os catadores formavam duplas para a manipulação das lonas, o que compreendia a inserção e a retirada das lonas da plataforma da balança e a sua realocação em um local distinto daquele em que estavam inicialmente. Essa disposição espacial correspondia a uma estratégia logística que pudesse delimitar e diferenciar as lonas batidas

ainda não pesadas, tanto das lonas já pesadas quanto das lonas ainda não batidas. Quando se tratava de lonas do mesmo material coletadas pela mesma pessoa, elas poderiam ser colocadas na balança de uma só vez, empilhadas. Durante a execução da pesagem, a diretora financeira anotava a informação indicada pela balança na folha de pagamento. Era esse o instrumento que lhe permitia controlar a produção total da associação sem perder de vista a quantidade em quilos correspondente à produção dos catadores individualmente e a cada tipo de material específico.

Seguia-se então o pagamento, que encerrava o ciclo semanal no arranjo de trabalho dos catadores na associação, constituindo a etapa final desse circuito comercial dos recicláveis. Na sexta-feira, os catadores esperavam que seus nomes fossem chamados pela diretora financeira, que conferia as folhas de pagamento e, após operar os cálculos, realizava a remuneração dos associados. Esse cálculo era operacionalizado pela tabela de preços dos materiais, folha de papel estampada na parede externa do escritório, que indicava os valores relativos à cotação de cada tipo de material. Assim, o valor total arrecadado individualmente ao longo da semana era calculado e entregue em dinheiro ou mediante depósito bancário para quem possuísse conta. O catador assinava um recibo comprovando o recebimento do pagamento, e, desse total, 15% era destinado à associação como taxa administrativa.

A geração de renda representada pelo pagamento aos catadores correspondia, com o fim da trajetória do objeto descartado e sua transformação em bem econômico, à conclusão desse processo produtivo,¹⁴ que se concretizava com a conversão dos materiais em recursos monetários por meio da realização bem-sucedida da transação entre a associação e o comprador, estabelecimento de maior porte que se constituía em mais um intermediário até a grande indústria recicladora.

A cadeia da reciclagem do plástico no Rio de Janeiro era, portanto, uma indústria bem estruturada, que movimentava uma enorme economia, proporcionando ganhos financeiros consideráveis mesmo aos menores elos da cadeia, como os catadores.¹⁵ Em contextos nos quais o mercado do plástico é incipiente e onde há escassa circulação monetária, como em Porto Príncipe, no Haiti, a comercialização dos plásticos constitui “pequenos lucros” (Neiburg, Nicaise, 2010: 97; Guyer, 2004).

A observação da trajetória dos resíduos pelo segmento do circuito comercial formado entre o aterro e a associação permitiu compreender que a produção dos objetos descartados em bens econômicos dependia da realização bem-sucedida de uma série de procedimentos. Mediada pelos catadores, a passagem das coisas por essas etapas era a condição para que completassem suas “candidaturas” ao “estado de mercadoria” dentro desse “contexto mercantil” específico (Appadurai, 2008: 27-30), o que correspondia ao processo de recriação do valor dos objetos.

O pagamento concluía esse ciclo produtivo com a efetivação das trocas econômicas e a conversão dos materiais coletados em “dinheiro”. A recriação do valor dos descartados operada pelos catadores tinha como efeito, portanto, a monetarização. No entanto, nem sempre os percursos dos objetos eram bem-sucedidos e, conseqüentemente, nem todas as trajetórias eram concluídas tendo o dinheiro como resultado de uma conversão final. Algumas delas, em que os objetos sofrem algum desvio em seus caminhos ao longo do circuito comercial, realçam a indeterminação relativa ao valor das materialidades caracterizadas como resíduos.

Na ocasião em que acompanhei Leila na tarefa de separar o material, ela bateu seis lonas, todas elas conseguidas durante aquela semana. Leila era rápida no desempenho dessa etapa, pegando vários objetos de uma só vez e lançando-os com destreza cada um em sua lona correspondente, o que muitas vezes era feito de costas. Dessa forma, ocorria com certa frequência a situação de alguns objetos caírem fora da lona. Se ela não percebesse a ocorrência desses pequenos desvios e não tivesse o trabalho de resgatá-los do chão, esses materiais, embora guardando seu tipo, cor, formato e estado, manteriam seu status de resíduos e, sem completar a trajetória como mercadoria, se transformariam em “sujeira” no terreno.

Ao executar a atividade, Leila afirmava que “tem que saber bater, se não souber bater, não tem como aproveitar nada...”. Bater o material, portanto, assim como, aliás, outras etapas do trabalho dos catadores, também requeria o aprendizado de uma série de técnicas corporais (Mauss, 2003). A sentença indicava que, se o catador não tivesse destreza na distinção das qualidades das matérias, sem um senso apurado das características e potencialidades de cada objeto, nada se aproveitava, “deixando passar” muito material, que voltaria a ser “lixo”.

A produção do “lixo” dependia assim da perícia na execução da atividade, do conhecimento e da técnica adquirida pelo catador ao bater o material, de modo que conseguisse extrair ao máximo o potencial de cada carregamento. Por isso, Leila, expressando certa vaidade de quem possuía tais habilidades, dizia “tem que saber bater”. Para alguém com o olhar destreinado e as categorias pouco refinadas como as de um visitante, a identificação entre o que era lona com “lixo”, lona não batida, lona batida não pesada, ou lona pesada esperando a caçamba não era uma tarefa simples.

Appadurai (2008: 45) chamou a atenção, a partir de exemplos diversificados, para as operações de desvio dos objetos. Nesses processos, que denominou “mercantilização por desvio”, “o valor é catalisado e intensificado, colocando-se objetos e coisas em contextos improváveis”. Carenzo (2011), analisando os objetos descartados no contexto da capital argentina, aponta a importância da distinção “lixo/materiais”, que advinha de sua capacidade de nos forçar a estender os horizontes possíveis da biografia social da matéria descartada, incorporando fases pós-descarte como a reutilização e o reciclado.

Ao apresentar o desvio de objetos que haviam adentrado o fluxo que constituía o circuito comercial dos recicláveis, voltando a se transformar em

“lixo” ou em “sujeira”, quando descuidadamente ficavam pelo caminho, busquei complexificar a compreensão dessas trajetórias, para ressaltar o caráter reversível dos processos de produção da “sujeira”, do “lixo” e do “material”.

Com o tempo esses objetos deixavam de ser “materiais” deslocados casualmente dos trajetos das lonas, se misturavam à terra do chão, viravam parte da lama, e passavam a ser definidos como sujeira, se consolidando como elemento poluidor do terreno. A relevância analítica de focalizar todo o conjunto de atividades do circuito comercial correspondente ao segmento entre o aterro e a associação em suas diversas etapas reside justamente em mostrar, em primeiro lugar, que era a mediação dos catadores e de seu trabalho que possibilitava a inserção desses objetos nos circuitos comerciais da economia dos recicláveis e a conseqüente recriação do valor desses materiais. Em segundo lugar, o enfoque dos desvios indica que a revalorização dos descartados e os processos de produção dos recicláveis em mercadorias são indeterminados, instáveis e sem garantia, passíveis de reversão até a conclusão da fase final.

A questão do valor como tema relevante nas ciências sociais remonta às teorias e análises dos clássicos fundadores da disciplina (Marx, 1998). Na contemporaneidade, essa questão continua sendo trabalhada, por perspectivas variadas e por diversos estudiosos envolvidos em pesquisas sobre a gestão de resíduos, a economia da reciclagem, o trabalho dos catadores, a estética do lixo no campo da arte, da literatura, da história, como Millar (2008), Reno (2009), Surak (2011), Carenzo (2011), Hawkins; Muecke (2003), Cooper (2010), Labruto (2012), Whiteley (2011), Pye (2010), entre outros. Esta análise etnográfica aprofunda as discussões em torno do valor e qualifica o ponto indicado por Hawkins e Muecke (2003: X), de que os resíduos têm um papel complexo em formações de valor, porque se caracterizariam por processos de indeterminação “introduzidos pela lacuna ou momento em que o valor está ainda para ser decidido” (XII).

Esse “estado transicional” (Pye, 2010: 6) deriva da sujeição desses objetos a inúmeras contingências das quais não se desvencilham o acidental e o arriscado. Essa transitividade é o que parece estar no cerne da questão dos resíduos e permite iluminar positivamente, em termos de “deslocamento”, “circulação” e “fluxo”, aquilo que supostamente não teria um espaço próprio, o “fora de lugar”. Do mesmo modo, a “ausência de valor”, alegada pelas definições de “lixo” do senso comum, poderia ser entendida justamente como essa qualidade transitiva, esse estado de vir a ser, em que os valores ainda não foram definidos e “objetificados” em quantias e significados estáveis. Afinal, resíduo (*trash*) “é um conceito social e culturalmente construído – a palavra, como sua manifestação física, está em um contínuo estado de deslocamento de fluxos conceitual, simbólico e material” (Whiteley, 2011: 24).



7



8

7 Disposição das lonas no terreno da associação

8 Objetos plásticos com trajetórias desviadas

CONCLUSÃO

Este artigo apresentou o universo de trabalho dos catadores de materiais recicláveis em Jardim Gramacho com a descrição das etapas e práticas compreendidas em um segmento de um dos circuitos comerciais da economia dos recicláveis da região metropolitana do Rio de Janeiro. Ao focar as trajetórias dos objetos ao longo de sua transformação de “resíduos” em “materiais recicláveis”, procurei caracterizar a atividade dos catadores como processos de recriação de valor das matérias descartadas, que envolvem conhecimento prático e sensível a respeito das qualidades dos objetos, técnicas corporais apuradas e a execução de um conjunto de etapas ao final do qual os objetos descartados adquirem o *status* de mercadoria, constituindo-se em bens econômicos.

A relação próxima e intensiva dos catadores com as coisas descartadas, e a atenção que dedicam à materialidade dos objetos revelam um sistema de classificação nativo das matérias plásticas, evidenciando a existência da multiplicidade das plasticidades. A exploração dessas qualidades e potencialidades pelos catadores reinsere essas materialidades em contextos mercantis, em transações econômicas e em regimes de valor alternativos. A indeterminação do valor das plasticidades reforça a complexidade que atravessa as formas de lidar com esses objetos, passíveis de desvios, de reversões em seu *status*, em que o valor, em termos simultaneamente econômicos e culturais, está sempre sob risco.

Ao longo da história, os catadores foram desqualificados em função de representações etnocêntricas a respeito da matéria-prima de seu trabalho. Ainda hoje, as características que costumam utilizar para defini-los ressaltam a baixa escolaridade ou sua ausência, concepção que estabelece implicitamente a ideia de que a realização da atividade da catação não requer técnicas, habilidades ou conhecimentos. A perspectiva etnográfica fornece um prisma diferente, descortinando a *expertise* necessária para lidar com o extenso conjunto de materialidades, plásticas e de outras naturezas, que compõem esse universo de trabalho.

Em sua heterogeneidade complexa dispersada, deve-se reconhecer nessas matérias sua “capacidade, em algumas configurações e eventos, de provocar ações políticas” (Gabrys; Hawkins; Michael, 2013: 8). Ao evidenciar as qualidades dessas materialidades, ao colocar em operação um sistema classificatório nativo baseado em um conhecimento sensível dos objetos, ao produzir, pela mediação de seu trabalho, o valor econômico e simbólico dessas coisas, os catadores convidam a novas formas de “pensamento material” (4) e articulam novas formas de fazer política.

Essa política não se limita a uma concepção estreita dos resíduos, dos materiais descartados e, em especial, dos plásticos como “problema ambiental” ou meramente coisas “sem valor”. Pelo contrário, a mediação fundamental dos catadores na economia dos recicláveis e nos sistemas de gestão de resíduos, que se funda em seu conhecimento acerca das matérias plásticas, deriva de

um engajamento com a particularidade dos plásticos e outros materiais, para extrair implicações dessas plasticidades e materialidades diversas.

A categoria dos catadores e catadoras do país vem-se organizando politicamente em um movimento de âmbito nacional, com ramificações em todos os estados.¹⁶ A política dos catadores envolve a mobilização pelo reconhecimento de sua atividade como profissão por parte do Estado, das leis e da sociedade civil, bem como o reconhecimento do valor do objeto de seu trabalho, evidente pelo deslocamento semântico que constitui uma de suas principais reivindicações, a de que não trabalham com “lixo” mas “materiais recicláveis”.

A admissão do valor desses materiais e, sobretudo, do saber fazer implicado em sua produção, se apresenta como um pré-requisito para legitimar a participação desses atores na arena pública por meio de sua atuação nas políticas de gestão de resíduos municipais com a possibilidade de pagamento pela execução dos serviços ambientais prestados à sociedade. Essas são algumas das bases que constituem a “matéria política” dessa categoria, possibilidades e oportunidades abertas pelas materialidades, que, longe de ser coisas inertes, possuem “poder” (Bennet, 2010) e participam ativamente dos agenciamentos e da constituição dos mundos em que estamos materialmente implicados.

Recebido em 16/03/2016 | Revisto em 28/11/2016 | Aprovado em 30/01/2017

Maria Raquel Passos Lima é doutora em antropologia cultural pelo PPGSA/UFRJ, onde também fez pós-doutorado em sociologia, professora substituta do Departamento de Sociologia do IFCS/UFRJ e pesquisadora do Núcleo de pesquisa Desenvolvimento, Trabalho e Ambiente (DTA) da UFRJ; suas áreas de interesse incluem mundos do trabalho e ação coletiva, economias informais, objetos e cultura material, desenvolvimento e meio ambiente, políticas públicas de gestão de resíduos sólidos e reciclagem. Desde 2015 desenvolve o projeto ResiduaLogics (residualogics.com).

NOTAS

- * Versões preliminares deste artigo foram discutidas levando ao seu aprimoramento. Gostaria de agradecer a Benoît de L'Estoile e aos pesquisadores do seminário “Modes de gouvernement et pratiques économiques ordinaires” da ENS de Paris, a José Ricardo Ramalho, Rodrigo Santos e aos pesquisadores do seminário do núcleo de pesquisa Desenvolvimento, Trabalho e Ambiente (DTA) da UFRJ, a Bruno Cardoso pela leitura e comentários, e aos pareceristas anônimos da revista *Sociologia & Antropologia* pela contribuição para o alcance deste texto final.
- 1 O processo histórico de desqualificação dos restos, que inclui as categorias para os definir, os saberes científicos desenvolvidos para os conhecer e as tecnologias para os tratar, assim como seus efeitos, foi analisado em detalhe por mim em outro texto (Lima, 2015, cap.1).
 - 2 Todas as citações em língua estrangeira presentes neste artigo foram livremente traduzidas pela autora.
 - 3 Os nomes citados na narrativa etnográfica deste artigo são pseudônimos.
 - 4 A vasta bibliografia antropológica sobre economia informal, desde o trabalho seminal de Keith Hart (1973), vem aprofundando esse ponto. No caso do trabalho com os resíduos, destaco a análise de Reno (2009: 32).
 - 5 Designação nativa do local em que os resíduos eram despejados e no qual a catação era exercida no aterro. Com o volume de materiais acumulados assumindo a forma de um morro, a “rampa” também fazia referência, de modo genérico, ao empreendimento do aterro como um todo
 - 6 A diferença entre aterro sanitário e aterro controlado é que, neste último, a presença de catadores é permitida (Bastos, 2007: 2).
 - 7 Desde a inauguração, foi atribuída à Companhia Municipal de Limpeza Urbana (Comlurb) do Rio de Janeiro a tarefa de gerenciar o empreendimento, embora ela devesse atuar em acordo com os demais municípios da região metropolitana implicados sob a forma de consórcio.
 - 8 Essas não eram questões menores, já que delas dependiam tanto uma boa produtividade no trabalho em termos de ren-

da como a preservação da própria vida em termos de minimizar o risco de acidentes, que podiam ser graves ou mesmo fatais.

- 9 No aterro existiam até três gerações de uma mesma família atuando na atividade. Conforme identificou Bastos (2008: 103), a influência dos laços de parentesco ou “cultura familiar” figurava como uma das principais motivações para a escolha desse tipo de trabalho.
- 10 Na época da pesquisa, existiam quatro cooperativas de catadores no bairro.
- 11 Grandes sacolas de polipropileno utilizadas pelos catadores para armazenar os materiais e um dos seus principais instrumentos de trabalho.
- 12 Embora, em teoria, o esquema de trabalho nas cooperativas implique a divisão equânime dos ganhos coletivos obtidos pela soma da produção correspondente ao trabalho de todos os cooperados, a escolha do esquema de pagamento por produção individual foi decisão antiga, que nesse contexto, segundo relatos de interlocutores, se estabeleceu como uma forma de solucionar recorrentes conflitos gerados pelo sentimento de injustiça diante da igual repartição do dinheiro conseguido entre membros que alegadamente não compareciam para trabalhar de modo sistemático e proposital.
- 13 Sobre a dimensão dos recicláveis e da reciclagem como uma indústria global, ver Reno & Alexander (2012). Sobre as trajetórias globais dos plásticos ao longo das trilhas “secundárias” que envolvem as redes de produção de chinelos, ver Knowles (2014).
- 14 Utilizo aqui “produção” de acordo com a definição de Zelizer (2011: 218), que a entende como “qualquer esforço que cria valor”.
- 15 A renda obtida pelos catadores era bastante variável e dependia de diversos fatores mencionados ao longo do texto. Em 2011, os catadores ganhavam em média de 400 a 800 reais por semana, sendo que alguns deles poderiam conseguir até cinco ou seis mil reais em um mês. O alcance destes últimos valores não era o padrão habitual, já que para isso os catadores necessitavam de um regime de trabalho intenso e prolongado, ao qual a maioria dificilmente se submetia. Exceções se davam em vista de obter um di-

nheiro para algo urgente como o pagamento de contas ou dívidas. Nessa época, o salário mínimo do país estava estimado em 545 reais, sendo menos do que alguns catadores ganhavam em apenas uma semana.

- 16 Faça referência ao Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), fundado em 2001. Sobre o movimento, sua declaração de princípios, objetivos e demandas, ver <www.mnrcr.org.br>. Sobre a emergência do MNCR, ver Andrade (2004).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Andrade, Marcelino G. (2004). O movimento nacional de organização dos catadores de materiais recicláveis no Brasil: um movimento em movimento. *Semata*, 16, p. 101-113.

Appadurai, Arjun. (2008). Introdução: Mercadorias e a política de valor. In: *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: Eduff.

Barbosa, Rosangela N. de. (2012). A regionalização produtiva e os desafios da política no Pólo Gás-Químico de Duque de Caxias. In: Ramalho, J.R. & Fortes, A. (orgs.) *Desenvolvimento, trabalho e cidadania: Baixada e Sul Fluminense*. Rio de Janeiro: 7Letras.

Bastos, Valéria. (2008). *Catador profissão: um estudo do processo de construção identitária do catador de lixo ao profissional catador*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Bastos, Valéria. (2007) Na rota do lixo: da casa ao catador o primeiro trajeto da cadeia industrial de reciclagem. *Anais do 12º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*. Foz do Iguaçu: CFSS.

Bastos, Valéria. (2005). Construindo identidades: catador herói ou sobrevivente da perversa forma de catação. *Confluências*, Niterói, 4/1, p. 22-26.

Bennett, Jane. (2010). Thing Power. In: Bruce, Braun & Whatmore, Sarah (orgs.). *Political matter*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

Bensaude-Vincent, Bernadette. (2013). Plastics, materials and dreams of dematerialization. In: Gabrys, Jennifer;

Hawkins, Gay & Michael, Mike. (orgs.). *Accumulation: the material politics of plastic*. London/New York: Routledge.

Boas, Franz. (2004). Sobre sons alternantes. In: Stocking, George. (org.). *A formação da antropologia americana 1883-1911*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.

Carenzo, Sebastián. (2014). Lo que (no) cuentan las máquinas: la experiencia socio-técnica como herramienta económica (y política) en una cooperativa de “cartoneros” del Gran Buenos Aires. *Antípoda*, 18, p. 109-135.

Carenzo, Sebastián. (2011). Desfetichizar para producir valor, refetichizar para producir el colectivo: cultura material en una cooperativa de “cartoneros” del Gran Buenos Aires. *Horizontes Antropológicos*, 17/36, p. 15-42.

Carenzo, Sebastián; Acevedo, Ramiro & Bárbaro, Julián. (2013). Construyendo oficio: experiencias laborales de integrantes de una Planta Social de Separación en el Ceamse. *Trabajo y Sociedad*, 20, p. 221-238.

Clarke, Alison. (1999). *Tupperware: the promise of plastic in 1950s America*. Washington/London: Smithsonian Institution Press.

Cooper, Timothy. (2010). Recycling modernity: waste and environmental History. *History Compass*, 8, p. 1114-1125.

Fisher, Tom. (2012). Plásticos: a cultura através das atitudes em relação aos materiais artificiais. In: Barbosa, Livia & Campbell, Colin (orgs.). *Cultura, consumo e identidade*. 4 ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV.

Gabard, Lucía F. (2011). Hacia una articulación global de recicladores. In: Schamber, Pablo & Suárez, Francisco (orgs.). *Recicloscopio III*. Buenos Aires: Ciccus/UNLa/Universidad Nacional de Sarmiento.

Gabrys, Jennifer; Hawkins, Gay & Michael, Mike. (2013). Introduction: From materiality to plasticity. In: *Accumulation: the material politics of plastic*. London/New York: Routledge.

Gabrys, Jennifer; Hawkins, Gay & Michael, Mike. (orgs.) (2013). *Accumulation: the material politics of plastic*. London/New York: Routledge.

Gell, Alfred. (1991). *Art and agency*. Oxford: Oxford University Press.

Guyer, Jane. (2004). *Marginal gains*. Chicago: The University of Chicago Press.

Hart, Keith. (1973). Informal income opportunities and urban employment in Ghana. *The Journal of Modern African Studies*, 11/1, p. 61-89.

Hawkins, Gay. (2013). Made to be wasted: PET and topologies of disposability. Gabrys, Jennifer; Hawkins, Gay & Michael, Mike (orgs.). *Accumulation: the material politics of plastic*. London/New York: Routledge.

Hawkins, Gay. (2010). Plastic Materialities. Bruce, B. & Whatmore, S. (orgs.). *Political matter*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

Hawkins, Gay & Muecke, Stephen. (2003). Introduction: Cultural economies of waste. In: *Culture and waste: the creation and destruction of value*. Lanham, MD: Rowman & Littlefield.

Henare, Amiria; Holbraad, Martin & Wastell, Sari. (2007). Introduction: Thinking through things. In: *Thinking through things*. London: Routledge.

Ingold, Tim. (2012). Toward an ecology of materials. *Annual Review of Anthropology*, 41, p. 427-42.

Knowles, Caroline. (2014). Trajetórias de um chinelo: mi-crocenas da globalização. *Contemporânea*, 4/2, p. 289-310.

Kopytoff, Igor. (2008). A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: Appdurai, Arjun (org.). *A vida social das coisas*. Niterói: Eduff.

Labruto, Nicole. (2012). Re-use value and re-use economies: notes on rummaging and waste work. *Anthropology News*, 53/8, out.

Lévi-Strauss, Claude. (1970). A ciência do concreto. In: *O pensamento selvagem*. São Paulo: Editora Nacional/Edusp.

Lima, Maria Raquel Passos. (2015). *O avesso do lixo: materialidade, valor e visibilidade*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia/Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Marx, Karl. (1998). A mercadoria. In: *O capital: livro I*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Mauss, Marcel. (2003). As técnicas do corpo. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Naify.

Meikle, Jeffrey. (1995). *American plastic: a cultural history*. New Brunswick: Rutgers University Press.

Millar, Kathleen. (2012). Trash ties: urban politics, global economic crisis and Rio de Janeiro's garbage dump. In: Alexander, Catherine & Reno, Joshua (orgs.). *Economies of recycling*. London: Zed Books.

Millar, Kathleen. (2008). Making trash into treasure: struggles for autonomy on a Brazilian garbage dump. *Anthropology of Work Review*, 29/2, p. 25-34.

Millar, Kathleen. (2007). The informal economy: condition and critique of advanced capitalism. *CCS Seminar Series*, p. 1-23.

Nascimento, Valéria. (2002). Estudo de caso: análise da remediação ambiental do aterro metropolitano de Gramacho, Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado. Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz.

Neiburg, Federico & Nicaise, Natacha. (2010). *Lixo. Estigmatização, comércio, política*. Rio de Janeiro: Eds. Viva Rio/NuCEC.

Pye, Gillian. (2010). Trash as cultural category. In: *Trash Culture*. Bern: Peter Lang.

Ramalho, José Ricardo & Fortes, Alexandre. (2012). Desenvolvimento, trabalho e cidadania. In: *Desenvolvimento, trabalho e cidadania: Baixada e Sul Fluminense*. Rio de Janeiro: 7Letras.

Reno, Joshua. (2009). Your trash is someone's treasure: the politics of value at a Michigan landfill. *Journal of Material Culture*, 14/1, p. 29-46.

Reno, Joshua & Alexander, Catherine. (2012). *Economies of recycling*. London: Zed Books.

Suárez, Francisco et al. (2011). El reciclado de plástico en la Región Metropolitana de Buenos Aires. In: Schamber, Pablo & Suárez, Francisco (orgs.). *Recicloscopio III*. Buenos Aires: Ciccus/UNLa/Universidad Nacional de Sarmiento.

Surak, Sarah. (2011). Finding value in trash? Power, waste regimes, and German vehicle recycling legislation. *Public Knowledge Journal*, 3/3, special issue.

Thompson, Richard et al. (2009). Our Plastic Age. *Philosophical transactions of the Royal Society B. Biological Sciences*, 364 (1526), p. 1973-1976.

Whiteley, Gillian. (2011). *Junk: art and politics of trash*. London: I.B. Tauris.

Zelizer, Viviana. (2011). *Economic Lives*. Princeton: Princeton University Press.

PLASTICIDADES RECRIADAS: CONHECIMENTO SENSÍVEL, VALOR E INDETERMINAÇÃO NA ATIVIDADE DOS CATADORES DE RECICLÁVEIS

Palavras-chave

Catadores de material reciclável; reciclagem; valor; plástico; gestão de resíduos.

Resumo

O artigo discute a economia da reciclagem na região metropolitana do Rio de Janeiro, enfocando o trabalho dos catadores, com o objetivo de refletir etnograficamente sobre um circuito comercial ao longo do qual os “resíduos” são transformados em “material reciclável”. Do circuito, a análise aborda o segmento compreendido entre o aterro de resíduos e a associação de catadores local, e descreve as formas de organização do trabalho nesses espaços. Com foco nos objetos e nas práticas nas quais eles são agenciados, o artigo evidencia a catação como processos de recriação de valor das materialidades descartadas. A atividade de “bater o material” revela a existência de um conhecimento sensível, um sistema classificatório acurado e um conjunto de técnicas dos catadores a respeito das matérias plásticas. Desdobrando a análise, o artigo apresenta casos de objetos cujas trajetórias desviadas iluminam a indeterminação dos resíduos em termos de valor.

RECREATING PLASTICITIES: SENSORY KNOWLEDGE, VALUE AND INDETERMINACY IN THE ACTIVITY OF RECYCLABLE WASTE COLLECTORS

Keywords

Collectors of recyclable materials; recycling; value; plastic; waste management.

Abstract

The article discusses the economy of recycling in the Rio de Janeiro metropolitan region, specifically the work of waste collectors, and develops an ethnographic reflection on a commercial circuit in which ‘waste’ is transformed into ‘recyclable material.’ It focuses specifically on the section of the circuit located between the waste dump and the local collectors associations, describing the types of labour organization found in these spaces. Focusing on the objects and the practices in which they are mobilized, the article shows how waste collection involves processes of recreating value from discarded physical objects. The activity of ‘beating the material’ reveals the existence of a sensory knowledge, a detailed classificatory system and a set of techniques utilized by the collectors in relation to plastic materials. Developing the analysis further, the article presents cases of objects whose diverted trajectories shed light on the indeterminacy of waste in terms of value.